



**CONSTRUINDO PRÁTICAS DURANTE A PANDEMIA: COORDENAR,
APRENDER E ENSINAR**

***CONSTRUYENDO PRÁCTICAS DURANTE LA PANDEMIA:
COORDINAR, APRENDER Y ENSEÑAR***

***BUILDING PRACTICES DURING THE PANDEMIC: COORDINATE,
LEARN AND TEACH***

Silva, Edneusa Lima¹

Silva, Filipe²

Resumo

O presente trabalho foi apresentado em mesa redonda no II Seminário Internacional Interfaces da Psicologia da UFRuralRJ e XV Seminário Interfaces da Psicologia da UFRuralRJ, intitulado Perspectivas da Psicologia no Mundo Pós-Covid-19: Ontem, Hoje & Amanhã no ano de 2021. Abordou-se a construção das práticas em psicologia durante o período de isolamento social e utilização do Ensino Remoto Emergencial (ERE) que alterou a forma de apresentação de conteúdos das unidades curriculares do curso e a gestão das instituições de ensino superior. Problemas antigos, e não resolvidos, se articularam com informações novas aumentando a demanda de trabalho e de apropriação de dados para uso das ferramentas digitais. Os espaços profissionais e familiares se mesclaram entre si, destruindo fronteiras delimitadoras do que era classificado como pessoal e de trabalho. Questionamentos retornam ao cenário de discussão e debate a fim de problematizar a máxima constitucional de educação de qualidade para todos os públicos como proposta garantidora de direitos, frente ao fato de que ensino se transformou em mercadoria e a educação um produto a serviço do consumo.

Palavras-chave: Educação; Prática Docentes; Coordenação de curso.

Resumen

El presente trabajo fue presentado en una mesa redonda en el II Seminario Internacional Interfaces de Psicología de la UFRuralRJ y XV Seminario de Interfaces de Psicología de la UFRuralRJ, titulado Perspectivas de la Psicología en el Mundo Post-Covid-19: Ayer, Hoy y Mañana en el año 2021. La construcción de prácticas en psicología durante el período de

¹ Faculdade Sul Fluminense (FaSF), Volta Redonda/RJ – Brasil – Professora -Psicologia. Mestre em Psicologia. Doutoranda em Psicologia no PPGPSI/UFRRJ -evajom@gmail.com

² Faculdade Sul Fluminense (FaSF), Volta Redonda/RJ – Brasil – Professor. Psicologia Mestrando em Psicologia no PPGPSI/UFRRJ – filipesilva18@hotmail.com



aislamiento social y el uso de la Enseñanza Remota de Emergencia (ERE) que cambió la forma en que se presentaba el contenido de las unidades curriculares del curso y la gestión de las instituciones de educación superior. Viejos problemas no resueltos se articularon con nueva información, aumentando la demanda de trabajo y apropiación de datos para el uso de herramientas digitales. Los espacios profesional y familiar se fusionaron entre sí, destruyendo las fronteras que delimitaban lo que se clasificaba como personal y laboral. Las preguntas vuelven al escenario de discusión y debate para problematizar la máxima constitucional de una educación de calidad para todos los públicos como propuesta garante de derechos, dado que la enseñanza se ha convertido en una mercancía y la educación en un producto al servicio del consumo.

Palabras-Clave: *Educación; Práctica docente; Coordinación de cursos.*

Abstract

The present work was presented at a round table at the II International Seminar on Interfaces of Psychology at UFRuralRJ and XV Seminar on Interfaces on Psychology at UFRuralRJ, entitled Perspectives of Psychology in the Post-Covid-19 World: Yesterday, Today & Tomorrow in the year 2021. the construction of practices in psychology during the period of social isolation and the use of Emergency Remote Teaching (ERE) which changed the way in which the content of the course's curricular units was presented and the management of higher education institutions. Old and unresolved problems were articulated with new information, increasing the demand for work and appropriation of data for the use of digital tools. Professional and family spaces merged with each other, destroying boundaries delimiting what was classified as personal and work. Questions return to the scenario of discussion and debate to problematize the constitutional maxim of quality education for all audiences as a guaranteeing proposal of rights, given the fact that teaching has become a commodity and education a product at the service of consumption.

Keywords: *Education; Teaching Practice; Course coordination.*

1. Introdução

As práticas educacionais se apresentam, constantemente como temas de destaque, independente da área na qual são elaboradas. Presencial ou remota atraem o interesse e a atenção tanto da comunidade leiga quanto da acadêmica e por isso, descrever as situações vivenciadas durante a pandemia por COVID-19 possui relevância para que se possa registrar a vivência docente durante esse período.

Conforme veiculado pela mídia e por todas as instituições de ensino de diferentes níveis de titulação (educação infantil, ensino fundamental e médio, tecnólogo e superior): a educação não

parou. Entretanto, esse fato foi e está atravessado por inúmeros eventos que permearam as ações realizadas pelas instituições, administradores educacionais, pedagogos, psicólogos e docentes. Assim, o presente trabalho visa discutir as ações voltadas para a construção das práticas docente e de coordenação de curso durante o período de pandemia abordando alguns conceitos que foram utilizados para impulsionar as ações de professores, coordenadores e discentes.

Antes do período pandêmico, as instituições de ensino já ensaiavam o encontro com as novas tecnologias e com



um posicionamento mais digital, mas de alguma forma, havia uma resistência em utilizar essa ferramenta com frequência tornando-a familiar.

O contexto da pandemia acelerou o processo e nos obrigou a realizar o encontro entre o presencial e o digital. Agora, convivemos com um futuro educacional em que duas práticas precisarão dialogar: uma - a tradicional – que encontra seu correlato nas práticas presenciais, cujo espaço é valorizado e reconhecido como ideal em função de ser conhecido e, - a pedagogia digital - que veio para ficar e complementa a primeira.

Esse encontro, dá origem ao conceito de novo normal que é apresentado a todas as pessoas que precisam construir novas práticas que garantam a continuidade do serviço que é prestado a comunidade no campo educacional. Esse vem com objetivo de impulsionar as ações e orientar o olhar e o pensamento para processos adaptativos na vida pessoal, profissional e social. No entanto, deixa de forma subliminar que era preciso garantir relações humanas e trabalhistas em prol da manutenção dos empregos e da convivência entre os seres humanos, ou seja: adapte-se para garantir seu lugar na instituição/empresa/indústria.

Na educação, estamos acostumados a inovar e a criar estratégias que promovam aprendizagem, pois somos os responsáveis em ofertar o conteúdo que será transformado em conhecimento, entretanto, durante a pandemia, eventos dolorosos foram se articulando entre si, nos obrigando a repensar as exigências e as ações que nos foram demandadas para manter e alimentar o novo normal.

Coordenar implica em valorizar todas as reivindicações e solicitações tanto de docentes quanto discentes e, um dos maiores desafios para coordenar em período de pandemia foi e ainda é o excesso de informação que deixa as pessoas confusas e sem saber no que acreditar,

como conduzir suas ações ou qual exigência atender primeiro ou identificar qual a mais importante.

Os planejamentos a longo prazo foram colocados em xeque e a instabilidade no campo profissional assim como no pessoal, aumentaram a ansiedade e a insegurança para que decisões fossem tomadas. Perguntas foram formuladas, no entanto, as respostas precisaram ser construídas e executadas sem nenhuma garantia de que seriam exitosas. Diariamente nos perguntamos: “O que fazer?” “Vou conseguir estudar?” “Consigo dar aula, hoje?” “Como avaliar?” “Como será o processo de avaliação?”

À medida que fomos adquirindo novos conhecimentos, mudamos nossos hábitos. Mudança é a palavra de ordem para o momento, quem sobrevive é o mais apto e não o mais forte. Precisamos nos adaptar aos novos tempos, tanto no ensino quanto na postura profissional.

A proposta de adaptação perdeu espaço para a obrigatoriedade de reinvenção. Uma das palavras que mais se destacou durante a pandemia foi a ideia de que todos tínhamos de nos reinventar. No entanto, não tínhamos tempo hábil para tal, porque a demanda de trabalho aumentou em demasia. Não nos reinventamos, tentamos manter o conhecido, porque tudo que é novo é desconhecido, e por isso assusta, congela e incapacita as produções que necessitam de ousadia e criatividade.

A ansiedade presente no repertório comportamental humano como sinalizador de que há perigo no ambiente, atingiu níveis elevados. Em busca de autorregulação e homeostase, os adoecimentos surgiram como resposta a impossibilidade e dificuldade de ajustar-se ao novo, cujo ritmo acelerado não promove aprendizado, e sim, esgotamento físico e mental.

Predominou a insegurança, o medo e a tentativa difusa de “dar conta”; “de



conseguir fazer o que era solicitado”; “de ficar tranquilo” e “ter respostas para todas as dúvidas sobre o que virá a ser do amanhã”; “quanto tempo permaneceremos remotos”, dentre outras tantas perguntas impossíveis de serem respondidas, pois a medida restritiva de contato não foi vivenciada em nenhum período histórico.

Encontramo-nos em situação nova, desconhecida, ansiogênica e

desestabilizante que atravessou a vida de todas as pessoas, mundialmente.

Enquanto psicólogos no papel de docente, coordenador e gestor temos a responsabilidade de atuar visando o bem-estar psíquico e emocional. Quando não valorizamos esse objetivo, nas práticas comuns do nosso dia a dia (mesmo durante calamidades, desastres e situações novas e não conhecidas) atuamos na contramão da nossa missão.

2. Revisão teórica

A Organização Mundial de Saúde (OMS), declarou a pandemia do novo coronavírus (COVID -19) como uma Emergência de Saúde Pública de Interesse Internacional (ESPII), pois o vírus tem se espalhado por muitos países e territórios. Da mesma forma que a interface da informação em um mundo globalizado, o vírus e a doença apresentaram-se como desterritorializados, desconhecendo as fronteiras de tempo nem espaço.

As vidas perdidas em território nacional e internacional, a falta de controle sobre nossas vidas, projetos interrompidos, a perda da renda por desemprego, nos permitiu rever as opiniões quanto a importância da tecnologia, da comunicação e das redes sociais, no período pandêmico (Bezerra, Figueiredo, Pereira, 2020).

De acordo com pesquisa realizada pela Organização das Nações Unidas no âmbito educacional (UNESCO), mais de 1,5 bilhões de estudantes foram afetados pela paralisação das aulas e o fechamento temporário das escolas de 191 países e regiões.

No Brasil, todas as escolas estão fechadas neste momento e provavelmente continuarão assim por algum tempo. As respostas para essa situação têm sido

diferentes para os segmentos públicos e particulares, considerando-se a instituição, o conhecimento sobre tecnologia da informação, infraestrutura, acesso à internet, nível socioeconômico, entre outros fatores.

Cruz (2021) descreve que:

Na rede privada, as instituições de educação superior efetuaram a transposição do presencial para virtual com mais facilidade, em virtude da expertise adquirida na oferta de cursos na modalidade EAD nas últimas décadas. Nesse sentido, em uma ‘primeira fase’ da pandemia presenciamos uma tentativa de manutenção da ‘normalidade’ da vida e do trabalho por parte dos docentes. O teletrabalho, que em um primeiro momento parecia acomodar bem aquele novo cenário, com o avançar do isolamento e, conseqüentemente, com a adoção das aulas remotas, transformou-se em uma ferramenta facilitadora da precarização do trabalho docente, tanto na educação básica como na educação superior (p.2).

No entanto, a transposição não aconteceu desarticulada do cansaço físico e mental. A análise do que foi produzido e de como foi produzido, aponta a necessidade de se investigar o prejuízo



para a permanência dos estudantes no ensino superior.

Continuar as aulas durante a pandemia está condicionado a diferentes elementos, dentre eles podem ser citados: a inadequação ao ensino remoto, dificuldade em modificar hábitos consolidados socialmente, inacessibilidade aos recursos e ferramentas digitais.

A pandemia colocou em destaque a importância de conexão de qualidade para acesso as aulas nas plataformas de aprendizagem. Aprovada em junho de 2014, a Lei nº 13.005 (Brasil, 2014), tem por objetivo apoiar a universalização do acesso à internet em alta velocidade e fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais na educação básica.

Entretanto, o acesso à internet não se relaciona, a conexão, e sim, a utilização da tecnologia direcionada ao desenvolvimento de competências digitais por parte dos docentes e alunos, de modo que, os recursos digitais sejam uma ferramenta para enriquecer o processo ensino-aprendizagem em sala de aula ou fora dela.

A realidade brasileira está marcada pela desigualdade social e pela violação de

direitos. Educação, acesso ao ensino de qualidade e oportunidades de trabalhos igualitários, sinalizava a diferença entre as populações e grupamentos humanos antes do COVID-19. Na pandemia a desigualdade se intensifica e se fortalece, fragilizando quem vive em situação de risco e vulnerabilidade social.

Sob essa perspectiva, para atender aos critérios do novo normal, professores, discentes, instituições e prestadores de serviço, precisam possuir os recursos necessários para implantar as atividades que sustentam a modalidade remota, entretanto, não é assim que está constituída a realidade social vigente.

As práticas cotidianas que o novo normal reflete, demonstram que o alto custo para aquisição de telefones, tablet, notebook e contratar um pacote de internet que atenda a todos as pessoas de uma residência que estudam, trabalham e interagem, mostra-se impossível, frente a realidade econômica da população (docentes e discentes) que protagoniza o processo.

Há desafios em coordenar, ensinar e aprender.

2.1. Coordenar em tempo de pandemia

Viana, Neto (2020) apresentam o cenário, aparentemente, comum ocorrido nas instituições de ensino superior quando explicam que:

No ensino superior particular essa conversão de modalidades se deu em apenas alguns dias. Os professores fizeram treinamentos em tempo recorde e se superaram nas dificuldades com as tecnologias, como também se adaptaram rapidamente às metodologias ativas e ferramentas nas aulas remotas (p. 97).

Entretanto, quando o cenário é descrito da forma acima, não se contempla nessa proposta que o domínio das ferramentas acontece sob grande tensão constante.

As informações chegam em profusão e por todas as vias de comunicação. Como não há informações consolidadas, não há clareza, objetividade ou certeza de que as solicitações institucionais, trarão como resultado práticas exitosas.

Cursos presenciais, possuem como referência a sala de aula, as provas



impressas, a interação face-a-face em que as relações interpessoais prevalecem. As trocas acontecem valorizando-se as manifestações e expressões entre os interlocutores e, esse material também é utilizado para enriquecer as trocas e direcionar a forma como os conteúdos são apresentados durante o processo de formação acadêmica/profissional.

As medidas restritivas de contato, utilizadas para conter a disseminação da COVID-19, chega acompanhada do risco a vida. Entretanto, o ato de viver exige continuidade - enquanto se aguarda a vacina - e frente a obrigatoriedade de continuar entregando o conteúdo educacional (serviço contratado), gestores, coordenadores e professores desenvolvem estratégias para que a educação não pare.

De acordo com Gadoti (2007):

Vivemos hoje numa sociedade de redes e de movimentos, uma sociedade de múltiplas oportunidades de aprendizagem, chamada de “sociedade aprendente”, na qual as consequências para a escola, para o professor e para a educação em geral são enormes. Torna-se fundamental aprender a pensar autonomamente, saber comunicar-se, saber pesquisar, saber fazer, ter raciocínio lógico, aprender a trabalhar colaborativamente, fazer sínteses e elaborações teóricas, saber organizar o próprio trabalho, ter disciplina, ser sujeito da construção do conhecimento, estar aberto a novas aprendizagens, conhecer as fontes de informação, saber articular o conhecimento com a prática e com outros saberes (p. 13).

Convocados como protagonistas do processo de ensino-aprendizagem mediado pela tecnologia o Ensino Remoto Emergencial (ERE) é acionado contando com o apoio dos docentes, gestores e discentes. Profissionais que dominam as ferramentas de Tecnologia Informação e Comunicação são contratados para

capacitar docentes e habilitar discentes para as aulas remotas.

As Tecnologias Digitais Interativas (TDIs) ganham mais espaço a cada semestre, exigindo que a instituição se adapte aos modos de ensinar e de aprender, com vistas a ressignificar seus processos pedagógicos, principalmente, em relação à transição da modalidade presencial, substituída mesmo que, temporariamente, pela online.

Essa substituição prevê, dependendo do tipo de rede de ensino, privada ou pública, que a continuidade das aulas ocorra, remotamente, de modo online, mediadas por computadores desktop ou dispositivo móvel (notebooks, tablets e smartphones), e sejam denominadas como Ensino Remoto Emergencial (ERE).

A operacionalização do ERE, exige que a coordenação de curso não ignore, o fato de que:

O ensino não presencial provoca sentimentos de solidão no aluno, que por vezes se sente desmotivado pela necessidade de interação, atenção e apoio por parte dos docentes. Adicionalmente, outros fatores podem interferir e até mesmo influenciar negativamente a aprendizagem fora da universidade, uma vez que os estudantes foram mantidos em seus domicílios e neles possuem diferentes condições para o estudo. Deve-se levar em consideração a qualidade da internet, o domínio da tecnologia, a disponibilidade de ferramentas adequadas para o acesso às aulas, e até mesmo as condições físicas e emocionais dos estudantes nestes tempos de confusão e incerteza (ZIERER, ALBUQUERQUE, SÉRVULO, SILVA e SILVA, 2021, p.3).

Outro fator identificado nas instituições particulares foi a negociação para redução das mensalidades com o



argumento de que o serviço contratado era presencial e não remoto.

Exaustivamente, foi preciso sinalizar aos discentes que o ensino remoto era uma opção oferecida pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) em conformidade com a Portaria Nº 544, de 16 de junho 2020 (Brasil, 2020), que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19, ao revogar as Portarias MEC nº 343, de 17 de março de 2020, nº 345, de 19 de março de 2020, e nº 473, de 12 de maio de 2020 e acatada pela instituição de ensino como recurso para não interromper a continuidade das aulas regulares.

Além disso, foi preciso diferenciar o ERE do EAD, pois essa distinção não era clara, por não ser um tema discutido no cotidiano educacional na modalidade presencial. Entretanto, segundo Paiva (2020):

O termo EaD tem sido usado para nomear um tipo de ensino, com material pré-produzido, feito sem contato próximo entre professor e aluno. As primeiras experiências com EaD surgiram em cursos por correspondência no século XVIII. A EaD só foi viabilizada porque havia a tecnologia da imprensa, do papel e do serviço dos correios. Com o surgimento de tecnologias de áudio e depois de vídeo, outros tipos de materiais foram incluídos na EaD: discos, fitas de áudio, e fitas de vídeo. A EaD foi e ainda é feita também por aulas transmitidas por rádio ou televisão. Desde o final do século XX, podemos contar com a mediação do computador, inicialmente softwares instalados nos computadores (p. 60).

A autora acrescenta que:

Os Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA), também chamados de Sistemas Virtuais de

Aprendizagem, ficaram populares no Brasil no final da década de 1990, e é sempre bom lembrar que a web com interface gráfica, como conhecemos hoje, só chegou ao Brasil em 1997. [...] Muitos AVAs foram desenvolvidos e hoje estão sendo utilizados pelo mundo inteiro. Entre os mais usados durante a pandemia, estão o Moodle e o Google Classroom, associados a tecnologias de transmissão ao vivo (Google Meet, Streamyard) e de streaming (distribuição de conteúdo on-line), como o YouTube. A EaD sempre foi vista com preconceito, como se fosse educação de segunda categoria (Ibid, 2020, pp. 60 – 61).

A redução de mensalidade pleiteada pelos discentes materializa nas argumentações o preconceito quanto a qualidade do ensino remoto quando comparado ao presencial, demonstrando a forte preferência ao modelo conservador, tradicional e ainda mantido no sistema educacional atual: “o professor fala e o aluno ouve”.

Na modalidade EAD o conteúdo fica disponibilizado ao discente, sem interação com o professor, as aulas são gravadas e disponibilizadas por eixo temático, em módulos, que o aprendente acessa em horário que não conflite com outros compromissos previamente firmados.

No modelo de Ensino Remoto Emergencial as aulas acontecem de forma síncrona (ao vivo) e assíncrona (gravada) e atende aos critérios de provisório, caracterizado pela interinidade das atividades educacionais, portanto, condicionado ao período em que durar a pandemia (ARRUDA, 2020), há interação entre professor e aluno com formato diferente de apresentar o conteúdo e realizar atividades.

As estratégias de ensino das instituições que optaram pela continuidade das aulas seguiram diferentes formatos,



entre eles: aulas on-line ao vivo ou gravadas (videoaulas) transmitidas via TV aberta, rádio, redes sociais (Facebook, Instagram, WhatsApp, Youtube), páginas/portais eletrônicos utilizados para divulgar as ações institucionais, ambientes virtuais de aprendizagem ou plataformas digitais/on-line, como o Google Classroom e o Google Meet, além de aplicativos; disponibilização de materiais digitais e atividades variadas em redes.

O conjunto de estratégias descritos acima, representa o quantitativo de informações que precisavam ser geradas, diariamente, pelos professores em tempo real implicando em maior carga de trabalho e tempo de dedicação.

Se avaliarmos que o processo de produção acadêmica no modelo remoto,

2.2. Aula Remota e os encontros no Meet

Aulas remotas síncronas ou assíncronas exigem que cada sujeito possua telefone/tablet/notebook e conexão estável e de qualidade que lhe permita acessar as aulas que foram agendadas pelo ZOOM, Meet, Skype, Teams, entre outros recursos que estão oferecendo gratuidade para que as interlocuções, trocas, envio de conteúdo, atividades e tarefas aconteçam em tempo real. No entanto, em tempos de pandemia a exclusão pode ser percebida pelos discentes e docentes que estão na escola e nas instituições de ensino superior.

Frente ao que vivenciamos, os alunos que até o início das medidas de isolamento frequentavam regularmente as aulas, encontram-se impedidos de participar, pois a realidade em que vivem impossibilita o acesso, já que na maioria das casas, há apenas um aparelho celular que é utilizado por todos que estudam e precisam realizar suas atividades educacionais.

Fazemos essa observação porque com o distanciamento social e o predomínio

possui como base o fato de que cada sujeito permanecia na segurança da sua residência (domicílio) para evitar a disseminação da COVID-19, fronteiras foram desconstruídas e o trabalho remoto mescla os âmbitos profissionais e pessoais, desconstruindo delimitações para a dedicação ao trabalho e a família.

No entanto, o público discente, assim como o docente também transformou sua moradia em ambiente de trabalho e de estudo; mobilizou-se para acompanhar a sua demanda estudantil pessoal com as tarefas escolares que seus filhos têm de realizar diariamente. Assim, a sobrecarga de trabalho aumentou exponencialmente nos lares brasileiros.

de estratégias que dependem das tecnologias da informação e comunicação, uma parcela dos estudantes enfrentam ou enfrentarão dificuldades para acessarem e permanecerem vinculados à escola (SILVEIRA, 2001).

Uma das limitações de acesso, identificadas durante a pandemia, está relacionada ao acesso à internet. Conforme dados da pesquisa realizada pelo IBGE (2020), no Brasil 29% dos domicílios, aproximadamente 19,7 milhões de residências, não possuem internet. Desse montante de desconectados, 59% alegaram não a contratar porque consideram muito caro esse serviço, outros 25% porque não dispõem de internet em suas localidades. Destaca-se, ainda, que 41% dos entrevistados alegaram não possuir computador para tal e 49% não sabiam usar a internet.

Desse modo, os estudantes descritos nas estatísticas estão fora da estratégia do ensino remoto mediado pelas tecnologias digitais, que segundo Kenski (2012)



quando bem utilizadas favorece ou potencializa o processo formativo pela intensificação das oportunidades de aprendizagem. E a autora reforça que:

É preciso considerar as novas tecnologias como essenciais no âmbito escolar aos aprendizes dessa nova geração, tornando claro qual papel desempenharão diante do compromisso com a educação e com o futuro da nação, atrelados às transformações sociais cotidianas (2012, p.59).

Outro aspecto importante a se considerar está no fato de que nem todos os professores estavam preparados para

ministrar suas aulas mediados pela tecnologia e muitos encontraram dificuldade para acessar os Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) para dar continuidade ao processo de ensino-aprendizagem.

Durante a pandemia foram surpreendidos com a ineficácia dos aparelhos que possuíam de atender as exigências do modelo remoto e a falta de recursos financeiros para adquirir novos aparelhos, mais potentes e com mais funções e recursos.

3. Considerações finais

O período de isolamento social deixa inúmeros questionamentos ao campo educacional para os quais não temos respostas. Entretanto, sinaliza todas as lacunas que precisam ser problematizadas e que já eram identificadas antes da pandemia: avaliação da prática docente, organização das práticas e formação profissional de qualidade. O retorno tão aguardado, após o período de vacinação, não nos isenta de acreditar que voltaremos a rotina, anterior ao período pandêmico. Avaliar e discutir as práticas docentes e de

coordenação é uma exigência para compreender o que está sendo vivido e que não pode ser relegado a segundo plano ou esquecido. Além disso, é importante registrar o que está sendo vivido e as práticas que nos tornaram reféns da obrigatoriedade de não deixar a educação parar.

Aprendemos muito durante a pandemia, conhecemos vários recursos e reavaliamos a nossa representação sobre ensino remoto e tecnologia.

Referências

Arruda, E. P. (2020). Educação Remota Emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19. *Em Rede*, v. 7, n. 1, p. 257-275, 2020. Disponível em: <https://www.aunirede.org.br/revista/index.php/emrede/article/view/621>. Acesso em: 10 set. 2020

Bezerra, A. M. C.; Figueiredo, A. R. A.; Pereira, M. S. M. (2020). Atuação e desafios da biblioteca escolar no cenário da pandemia. In: Rodrigues, J. M. C.; Santos, P. M. G. (Orgs.). *Reflexões e desafios das novas práticas docentes em tempos de pandemia* [recurso eletrônico]. João Pessoa: Editora do CCTA, 2020.



Brasil (2014). *Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 26 jun. 2014.

Brasil (2020). *Portaria MEC Nº 544, de 16 de junho de 2020*. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19, e revoga as Portarias MEC nº 343, de 17 de março de 2020, nº 345, de 19 de março de 2020, e nº 473, de 12 de maio de 2020.

Cruz, A. G. (2021). Precarização do trabalho docente em tempo de pandemia de COVID-19. *Anais do Colóquio Internacional Marx e o Marxismo*. O futuro exterminado? Crise ecológica e reação anticapitalista. Organização: Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-Marx). Mesa Coordenada 16. Educação e pandemia em diferentes contextos. Niterói, agosto 2021. ISBN: 978-65-00-29082-0. Disponível em <https://niepmarx.blog.br/MManteriores/MM2021/Anais_MM2021/MC16_1.pdf>. Acesso em setembro de 2021.

Gadotti, M. (2000). *Saber aprender: um olhar sobre Paulo Freire e as perspectivas atuais da educação*. Produção de terceiros sobre Paulo Freire; Série Artigos, 2000.

IBGE [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística] (2020). Uso de Internet, televisão e celular no Brasil. *IBGE Educa – Jovens*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/20787-uso-de-internet-televisao-e-celular-no-brasil.html>. Acesso em: 02 maio 2020.

Kenski, V. M. *Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação*. Campinas: Editora Papirus. 2012.

Paiva, V. L. M. (2020). O Ensino Remoto ou a distância: efeito da pandemia. *Estudos Universitários: Revista de cultura*, v. 37 | n. 1 e 2 | Dez. 2020.

Silveira, S. A. (2021). *Exclusão digital: a miséria na era da informação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

UNESCO (2021). *Impacto da Covid-19 na educação*. Disponível em: <https://en.unesco.org/covid19/educationresponse>. Acesso em agosto 2021.

Zierer, M. S.; Albuquerque, L. P.; Sérvulo, K. B. L. M.; Silva E Silva, A. F. Impactos da utilização de plataformas digitais para aprendizagem de universitários durante a COVID-19. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 12, e594101220688, 2021 (CC BY 4.0) | ISSN 2525-3409. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i12.20688>.

Recebido em: 06 de mar. de 2022

Aceito em: 10 de maio de 2022

Nome: Edneusa Lima Silva

Email: evajom@gmail.com

Endereço para correspondência: R. Alberto Cunha Rodrigues, 39 - Jardim Amalia, Volta Redonda - RJ, 27251-220



Esta obra está licenciada sob uma [Licença Creative Commons Attribution 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)